

# Congresso rejeita governo no Pacto

BRASÍLIA — Os presidentes de partidos, que negociam um pacto nacional para conter a crise econômica e garantir as eleições presidenciais, não aceitam a transferência da elaboração do acordo para o Executivo. Eles manifestaram essa posição ao presidente do Senado, Nélson Carneiro, que havia concordado com a entrega da redação do pacto aos ministros da área econômica, acolhendo proposta dos deputados Delfim Neto (PDS-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ).

"Essa é a idéia do governo e um pacto nesses termos não teria credibilidade", disse o presidente do PSDB, Franco Montoro. "Esses ex-ministros mantêm o vício do Executivo", criticou o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, referindo-se à passagem de Delfim, no governo militar, e de Dornelles, no início do governo Sarney, pelo Ministério da Fazenda.

Além de terem decidido que caberá ao Congresso redigir o pacto, os presidentes de partidos acertaram que o documento deverá estar pronto dentro de 14 dias, quando começa o recesso parlamentar de meio de ano. "Temos que aprontar as conclusões dos nossos debates até terça-feira, para apresentarmos ao plenário um projeto de resolução", disse o senador Nélson Carneiro, prevenindo que o pacto não pode ser deixado para agosto. Mas a exigüidade do tempo deixou alguns céticos quanto ao sucesso do acordo. "Eu estou realmente temeroso", admitiu o presidente do PL, deputado Álvaro Valle (RJ).

Na reunião, o senador Ronan Tito disse que, anunciando na televisão um elenco de medidas econômicas com o aval do Congresso, o presidente Sarney terá apoio popular para ir até o fim do mandato. Mas o deputado Álvaro Valle preveniu que, agora, a principal preocupação dos líderes partidários não deve ser com as medidas econômicas do acordo, mas com a reconquista da confiança da nação.

A discussão passou a girar sobre o aspecto mais grave da crise, o político ou o econômico. Até que o senador Ronan Tito observou que o Brasil não corre risco de chegar à mesma situação da Argentina, onde a hiperinflação provocou uma onda de saques. "Chegaremos ao fim do ano com mais de 6 bilhões de dólares em nossas reservas e temos alimentos. A situação não está tão péssima. A Argentina disparou para a hiperinflação porque não tinha os outros componentes", argumentou o líder do PMDB. Segundo o raciocínio otimista, assinalou que há quem lucre com a inflação. Deu como exemplo o Banco do Estado Minas Gerais, que, segundo informou, quebraria se a inflação caísse pra menos de 7% ao mês.